

## **DO ALTO PARA O BAIXO: DUAS PROPOSTAS DE HISTORICIZAÇÃO DA LITERATURA\***

Diego José Fernandes\*\*

Diante dos poetas e prosadores do Olimpo das letras, não passamos com o chapéu a mão, curvando-nos respeitosamente. Chapéu à banda, passamos gingando. Por obrigação de ofício, historiadores [...] são profanadores. (Sidney Chalhoub & Leonardo Affonso, 1998, p.4).

### **Introdução**

História e literatura; o que nos vem à mente quando pensamos nesses dois saberes? Quais as discussões que nos ocorrem logo quando falamos em história e literatura? Provavelmente, pensamos em temas ligados a verdade, narrativa, ficção, fantasia, objetividade etc. Nas últimas décadas, as discussões sobre história e literatura quase sempre tem nos encaminhado para uma discussão mais teórica, reflexiva, dentro do campo historiográfico da teoria ou epistemologia da história. A reflexão que envolve aquelas duas modalidades de conhecimento está essencialmente marcada por uma dimensão epistemológica, isto é, uma meditação sobre a história e a literatura enquanto conhecimento, enquanto um saber específico, e não muito sobre a prática ou fazer mesmo desses saberes. Daí porque o debate recai quase sempre sobre a questão da cientificidade etc.

Talvez, essa ênfase na discussão teórica tenha a ver com o “ataque” que os historiadores sofreram nos anos 1970 do século passado, com a obra do crítico literário norte-americano Hayden White. Em 1973, este publicara seu “Meta-história”, um estudo profundo sobre a narrativa historiográfica de historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhard) e filósofos da história (Hegel, Marx, Croce e Nietzsche) do século XIX. Partindo do pressuposto que todo trabalho de história é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1995, P.18), White analisa o estilo desses historiadores e filósofos. Por estilo, o intelectual norte-americano entende muito mais do que a mera forma de escrever ou de apresentar ideias. Estilo compreende as “figuras retóricas” (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), entendidas como “estratégias poéticas” que os historiadores se valem para produzirem seus textos, e “gêneros literários” (romance, tragédia, sátira e comédia), os quais estruturam o enredo ou a trama dos historiadores. (WHITE, 1995, P. 43).

---

\* O presente trabalho foi um primeiro esboço de um texto de final de disciplina, ocorrido no âmbito da pós-graduação em história na UFRN. A disciplina foi “seminário de linha de pesquisa II (cultura, poder e representações espaciais)”, ministrada pelo Dr. Henrique Alonso Albuquerque Rodrigues Pereira.

\*\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Licenciado no curso de História nessa mesma instituição. Contato: diego5739@gmail.com.

Hayden White, com uma sofisticada e intensa reflexão, disse aquilo que todos os historiadores já sabiam, embora não dessem muita atenção; “toda explanação histórica é retórica e poética por natureza” (WHITE, 1995, P. 46). Para José D’Assunção, Hayden White mostrou que “a historiografia não é resultado primeiro de uma realidade externa, a ser atingida pelo historiador, mas de uma estruturação interna, da qual o próprio historiador não necessariamente se dá conta” (BARROS, 2010, p. 11). Assim como toda narrativa literária, a narrativa historiográfica também teria elementos retóricos e poéticos, fruto de uma ordenação interna, textual. Investigando as estruturas retóricas e poéticas da historiografia, White acredita ser possível identificar o que chama de “imaginação histórica”, subtítulo do seu livro de 1973.

Tais ideias de Hayden White, realimentadas em textos posteriores que são ainda mais incisivos na aproximação entre história e literatura, repercutiram bastante na historiografia Ocidental de ponta, ao ponto de Roger Chartier dizer que a história nos anos 1980 estaria “a beira da falésia” (CHARTIER, 2009, p.2). De fato, a década de 1980 seria para diversos historiadores um período de “crise dos paradigmas”, ou seja, as crenças paradigmáticas da história, que durante muito tempo estabilizaram o ofício dos historiadores, estariam abaladas, gerando um clima de “incertezas e inquietudes”.

Dessa forma, podemos especular que devido ao impacto das produções de Hayden White, as quais “revelaram” os vínculos íntimos entre história e literatura, o debate sobre estes dois saberes tem sido marcado pela discussão teórica, pela reflexão epistemológica que perscruta ou as especificidades da história ou as semelhanças deste com a literatura. O foco é sempre a história enquanto conhecimento. E assim não damos muito importância para questões mais práticas, nos perdendo em elucubrações defensivas (“a história é ciência”) ou ofensivas (“a história é ficção”). Apesar deste debate ser bastante pertinente, ele não constitui o único possível. Há outras questões a se pensar, quando se trata de história e literatura. E o presente texto procura justamente trazer uma outra dimensão desse diálogo. Em vez de adentrarmos em uma seara teórica, pretendemos fazer um exercício mais prático, em um território preciso e delimitado.

No presente texto, ocupamos-nos com a questão da historicização da literatura. Almejamos mostrar duas maneiras de historicizar as obras literárias, a partir da exposição de alguns trabalhos que tomaram como objeto a obra do romancista paraibano José Lins do Rego (1901-1957). Acompanharemos uns estudos de historiadores e críticos literários que se debruçaram sobre diversos romances deste autor, procurando explicitar como eles historicizaram a obra literária, como deram um “chão social e histórico” às produções

literárias do autor de *Fogo morto* (1943). Nosso objetivo é perceber como duas tendências disciplinares – história e literatura - historicizam a obra de José Lins. Acreditamos que quando se trata de história e literatura, o problema da historicização é fundamental, constituindo-se como um tema que deve estar sempre presente na agenda de discussão dos historiadores e literatos. Se a história muito tem de literatura, talvez esta tenha muito mais ainda daquela.

### **Historicização discursiva**

A primeira maneira de historicizar a literatura que trataremos neste texto diz respeito a uma praticada por dois historiadores nacionais. Trata-se dos estudos de Durval Muniz e Iranilson Buriti, os quais, a partir de diferentes temáticas, se depararam com a obra literária de José Lins. O estudo do primeiro consistiu na investigação da região hoje chamada de Nordeste. Apoiando-se nas ideias do filósofo francês Michel Foucault<sup>1</sup>, Durval Muniz procura estudar a emergência de um recorte regional, as condições de possibilidade da irrupção da região nordestina; quando e como esta surgiu? Quais os mecanismos de saber e poder que a engendraram? São as perguntas norteadoras do trabalho deste historiador, trabalho esse fruto de uma tese de doutorado, defendida em 1994 na Unicamp.

Segundo Durval Muniz, a invenção do Nordeste se deu a partir de uma série de práticas discursivas e não discursivas, as quais foram possibilitadas a partir de uma nova “formação discursiva” que se impôs no Brasil no final do século XIX e décadas iniciais do século XX. Por uma “formação discursiva” o autor entende “um conjunto de regras de enunciação, sustentado por determinados dispositivos e que estruturam e orientam uma série de discursos, produzindo uma regularidade discursiva” (ALBUQUERQUE, 2009, 37). Tal conceito, retirado da obra de Foucault, indica a instância que condiciona os discursos, que os põem em movimento e os faz circular de uma dada maneira. Todo discurso está dentro de uma ordem, de uma formação discursiva, a qual lhe permite e lhe interdita certas coisas (FOUCAULT, 1996, p. 48).

Os discursos que inventaram uma espacialidade regional como Nordeste estão dentro dessa formação discursiva. Eles foram possíveis graças a este elemento histórico que o precedeu. Desse modo, a literatura, assim como vários outros discursos, aparecem como produtos de uma formação discursiva que Durval Muniz chama de “nacional-popular”, isto é, uma instância reguladora que estrutura os discursos colocando na ordem do dia o “pensar a

nação”, a identidade nacional. É assim que o autor em questão historiciza os romances de José Lins; como um discurso dentro de uma formação discursiva que o permitiu e o estruturou.

No livro “a invenção do Nordeste e outras artes”, a obra de José Lins é colocada ao lado de uma série de outros discursos (sociológicos, históricos, literários, entre outros) que, inserido em uma formação discursiva, participam da invenção de uma região. A historicidade da obra romanesca do autor de *Menino de engenho* (1932) é mostrada a partir de sua vinculação com vários outros discursos que estão submetidos a mesma ordem discursiva. É esse o chão histórico-social que Durval Muniz dá aos escritos literários de José Lins; fazem parte do que poderíamos chamar de uma *rede discursiva* que forja o que conhecemos hoje como região Nordeste. Daí porque Durval Muniz diz que “pouco se levou em conta a trajetória de cada indivíduo” (ALBUQUERQUE JR., 2009, 42). O que interessa não são as histórias de vida, mas sim os discursos produzidos e a vinculação destes a uma ordem discursiva.

Essa maneira de historização, que toma a literatura como um discurso incluído em uma formação discursiva, também é posta em prática por Iranilson Buriti, em um trabalho intitulado “Gritos de vida e de morte: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República”. Fruto de uma dissertação de mestrado, defendida em 1997 no programa de pós graduação em história da UFPE, neste trabalho Iranilson Buriti também se apoia fortemente nos aportes teórico-metodológicos de Michel Foucault.. Este estudo aborda a ideia de decadência do patriarcado rural nortista na Primeira República (1889 – 1930). Trata-se de um trabalho sobre a identidade desse grupo social, que procura investigar as condições históricas que possibilitaram tal construção identitária; quais as práticas discursivas e não discursivas que gestaram essa visibilidade e dizibilidade do patriarcado rural nordestino? Tal é a problemática chave do estudo.

Tomando como fonte principal os discursos “oficiais”, o foco do trabalho é historicizar a noção de decadência da elite rural nortista. E é justamente aqui que entram os romances de José Lins do Rego. Diferentemente do estudo anterior, que se debruçou sobre toda a obra romanesca de José Lins<sup>2</sup>, Iranilson Buriti aborda somente os romances que integram o “ciclo da cana de açúcar” (*Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *O moleque Ricardo*, *Usina* e *Fogo morto*). Os romances do literato paraibano aparecem como produto de uma série de outros discursos que forjaram o patriarcado rural enquanto grupo social em declínio. José Lins entra como aquele que não só continua um discurso, mas que consolida este, que dá uma roupagem final a imagem decadentista do patriarcado agrário do Nordeste. Daí porque a discussão sobre os romances do autor de *Fogo Morto* (1943) só aparece no



último capítulo, intitulado “o romance da decadência” (BURITI, 1997, p. 118-156). Segundo Iranilson Buriti, as primeiras obras literárias de José Lins

foram resultantes de uma vasta produção discursiva que começou a circular no país ainda no final do século XIX e que, paulatinamente, foi se afirmando no seio social, participando do processo de construção do sentimento de decadência da elite nortista. (BURITI, 1997, p. 150)

Dessa forma, situa-se os romances do “ciclo da cana de açúcar” dentro de uma gama de discursos que constroem uma determinada identidade do patriarcado rural nortista. Os romances do autor de *menino de engenho* (1932) são expressão de uma “regularidade discursiva”, a saber, de um conjunto de textos e enunciados que atribuem as mesmas significações a elite nortista. José Lins, com seus romances, foi também um construtor da ideia de decadência do patriarcado agrário nordestino. A historicização aqui é muito parecida com a de Durval Muniz. Se no trabalho deste os romances participam da invenção do Nordeste, no caso de Iranilson Buriti eles entram como construtores de uma certa imagem da elite desta região. Em ambos os casos, no rastro dos trabalhos de Foucault, os romances aparecem como positivities criadoras, e não como “testemunhos do Real” ou “representações”.

Portanto, a historicização de Iranilson Buriti, semelhante a de Durval Muniz, consistiu em colocar os romances de José Lins em um *con-texto*; articulam-se em uma serie de textos que emergiram desde o final do século XIX. Os dois estudos aqui apresentados resumidamente tratam a literatura como um discurso que, ao lado de outros discursos e submetido a uma estrutura discursiva, forjam espacialidades – no caso de Durval Muniz - e identidades sociais – para Iranilson Buriti. Entendem discursos como praticas que constroem realidades, e não como representações de um referente exterior. Os dois historiadores historicizam os romances do literato paraibano recorrendo a noção de discurso, pensado a partir das contribuições do autor de “Vigiar e Punir” (1975). Como todo tratamento histórico, possui suas limitações, é certo. Porém, o que se quer aqui é apenas explicitar diferentes maneiras de historicizar romances literários.

### **Historicização biográfica**

Antes de apresentarmos nossa segunda maneira de historicização, cumpre ressaltarmos o que entendemos por “biografia”, de modo que a expressão que tomamos como titulo deste tópico fique mais clara. Pensamos a biografia aqui no sentido que o sociólogo francês Pierre

Bourdieu chamou de *ilusão biográfica*: “conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história” (BOURDIEU, 1996, P. 74). Por biografia entendemos a perspectiva que articula a vida como uma trajetória com início, meio e fim, como se fosse uma corrida. O tipo de historicização que iremos agora expor baseia-se neste entendimento de biografia. Os representantes que escolhemos são do campo da crítica literária e historicizam as produções literárias de José Lins recorrendo a vida – no sentido de trajetória - deste escritor.

O primeiro estudo de grande fôlego sobre José Lins do Rego apareceu em fins de 1958, com a tese de livre docência para a cadeira de literatura brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. Trata-se da tese de José Aderaldo Castello, intitulada “*José Lins do Rego: modernismo e regionalismo*”. José Aderaldo Castello nasceu em Mombaça - Ceará, em 02 de outubro de 1921. cursou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, durante os anos de 1941 e 1944. Nesse mesmo ano, começou a trabalhar como professor-assistente da cadeira de Literatura Brasileira. Durante muito tempo foi professor desta disciplina na USP. Foi também colaborador da revista *Anhembi* e, entre 1967 e 1981, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. A tese foi publicada em 1961 como livro, a tese procura dar conta de toda a obra de Zé Lins publicada até então, abarcando tanto os romances quanto as crônicas literárias. O objetivo de Castello é sistematizar uma apreciação crítica da obra de José Lins, situando-a dentro das aspirações e características do Modernismo nacional. Para o autor em questão, os romances do literato paraibano podem ser vistos como modernistas, na medida em que possuem o desejo de renovar as letras nacionais. Modernismo e Regionalismo são chaves complementares de leitura da obra de Lins do Rego.

Percorrendo todos os romances de Zé Lins, a tarefa que Castello se impõe é mapear a dimensão modernista dos escritos do literato paraibano. Fato esse que comprovaria o pressuposto inicial da tese; “Modernismo como um amplo movimento nacional de renovação da cultura brasileira” (CASTELLO, 1961, p. 15). Parece que a grande preocupação do trabalho é muito mais o Modernismo do que a análise dos romances de Zé Lins. Este aparenta entrar na discussão para comprovar uma determinada ideia sobre o movimento inaugurado em 1922.

No livro de Castello, pouco há de discussão histórica. O único capítulo que foge um pouco dessa dimensão literária é o segundo, no qual Castello discute “as origens e a formação” do literato paraibano (CASTELLO, 1961, p. 71-97), sublinhando a trajetória de

menino de engenho e estudante da Faculdade de Direito do Recife como elementos chaves para a constituição de Zé Lins como escritor regionalista e modernista.

São as experiências acumuladas ao longo da existência pelo sujeito José Lins que explicam suas obras literárias. Castello começa sua historicização pelo início da vida de José Lins, quando este era um menino de engenho, que vivia solto no banguê Corredor, do seu avô, e ouvia as diversas histórias contadas pelas negras ex-escravas: “é nessas condições que se fixam, durante a fase da infância, os elementos e valores fundamentais que dão origem à sua obra de ficção” (CASTELLO, 1961, p. 57). Tal como o discurso biográfico estipula uma origem, um ponto inicial, faz o autor: “podemos afirmar, então, em generalização inicial, que a fonte do conteúdo psicológico de sua obra é a experiência acumulada nos seus “tristes verdes anos”, na condição peculiar em que se encontrou junto aos avós e tios maternos” (CASTELLO, 1961, p. 72).

A historicização dos romances de José Lins, para Castello, deve ser buscada no indivíduo, no próprio autor das obras. A proposta para perceber a historicidade é entender a vida do sujeito, as experiências pelas quais passou: “toda a experiência da infância [...] é enriquecida ainda pelos estudos iniciais, bastante irregulares, seguidos pela permanência de três anos no internato Nossa Senhora do Carmo” (CASTELLO, 1961, p. 83). O sujeito é o fio condutor e explicador da obra de José Lins do Rego. O crítico literário ora em foco vai acompanhando toda a trajetória de vida do romancista paraibano, percebendo as experiências marcantes, para apontar a historicidade da literatura.

Tal como José Aderaldo Castello, Ivan Bichara Sobreira, em seu livro “o romance de José Lins do Rego”, de 1971, procede. Nascido no interior da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira (1918 - 1998) foi um político e escritor brasileiro. Embora não tenha formação em literatura, mas sim em Direito (1945), curso esse que fez no Rio de Janeiro, pode ser visto como um representante da crítica literária, na medida em que reivindicou para si esse lugar de fala, vide suas obras “função criadora da critica literária” (1978) e “José Viera e os caminhos do seu romance” (1980). Além do livro sobre José Lins do Rego “O romance de José Lins do Rego” (1971). Preocupado em fazer uma análise estritamente literária dos romances de José Lins (SOBEIRA, 1971, p. 38), este crítico literário também aloja no indivíduo a explicação histórica da obra literária. Segundo Sobreira, “um romancista se faz do que ouve, do que vê, do que sente, do que leu” (SOBREIRA, 1971, p. 42). Como se percebe, o foco de historicização está na pessoa, no que este faz, nas experiências que tem durante a vida. É o autor explicando a obra. Esta como produto daquela.

Assim como o primeiro crítico literário que analisamos, Sobreira também diz que a meninice de José Lins constitui-se como uma explicação de seus romances: “podemos ver na infância do artista os traços, as marcas, os sinais do homem José Lins do Rego” (SOBREIRA, 1971, p. 32). Este parece radicalizar ainda mais o discurso biográfico, na medida em que à noção de trajetória acrescenta um forte teleologismo, um sentido prometido desde sempre, o passado anunciando o futuro (BOURDIEU, 1999, P. 74-75). A ênfase no sujeito leva o crítico literário a despencar para uma historização teleológica, a qual vê no passado os germes do futuro, a linearidade temporal.

Portanto, a segunda proposta de historicização, praticada por alguns críticos literários, focaliza a explicação dos romances de José Lins do Rego na própria vida deste. É no *cursus* da vida do sujeito que é procurada a historicidade das obras literárias. Trata-se de uma historicização biográfica, uma vez que centrada na vida do homem, entendida como uma caminhada, um percurso em uma estrada cheia de eventos e pessoas. Tal proposta está bem distante da primeira que apresentamos, segundo a qual os romances eram tidos como discursos gerados por uma estrutura discursiva anterior. Na historicização biográfica, os romances não são pensados como discursos, mas como produtos de um autor, autor este formado ao longo da vida. Se na primeira historicização o fio condutor da explicação histórica é dada a partir da interação entre discurso e formação discursiva, na segunda a chave para historicizar os romances vem da articulação entre vida e obra.

### **Considerações finais**

As duas propostas de historicização resumidamente apresentadas neste texto possuem seus méritos e deméritos. À cada uma delas cabe, certamente, objeções. Não foi nosso objetivo apresentar ou discutir os problemas inerentes a cada uma delas. Deixamos para o leitor crítico essa tarefa. O que almejamos fazer nestas breves linhas que já estão prestes a serem finalizadas foi expor duas maneiras de explicar historicamente uma obra literária, sem dizer qual é a melhor ou qual é a pior, qual é a certa ou qual é a errada. Quisemos mostrar que existem procedimentos para historicizar a literatura, aos quais historiadores e críticos literários recorrem. Quisemos mostrar que as obras literárias possuem um solo, que é ancorada em pontos concretos. Certamente, haveria outros procedimentos a serem expostos, como por exemplo o dos sociólogos, que frisam grandes contextos sociais como geradores de obras literárias. Porém, como nossa discussão foi montada a partir da tensa relação entre história e literatura, decidimos exibir apenas trabalhos de estudiosos do campo das letras e

história. Ao final deste texto, esperamos ter chamado o leitor para dois elementos, com os quais queremos encerrar este texto.

Primeiramente, esperamos ter mostrado que a literatura não se constitui com um objeto que surge do nada, num momento qualquer, fruto de uma mente inventiva. Toda obra literária é gestada, seja a partir de uma série de discurso, da trajetória de vida de um sujeito ou de um contexto social. Para nós historiadores, toda e qualquer obra literária deve ser pensada como um documento-monumento, tal qual nos recomenda Jacques Le Goff: “é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu” (LE GOFF, 1984, p. 544). Como um monumento, a literatura é algo que é esculpido em dado momento por dadas forças.

E é isso que temos que ter em mente quando se trata de pensarmos em literatura e história. Como historiadores, não podemos nos preocupar apenas com a questão da cientificidade de nosso saber, dado que a ciência nos dias de hoje já não desfruta do prestígio que um dia tivera. A literatura pode nos colocar ou incitar outros problemas. E um problema vital é a questão de sua historicidade, haja vista que corre no senso comum e até em análises acadêmicas a ideia de que as obras literárias possuem uma “autonomia”, devendo ser vistos como algo em si mesmo, como se fossem objetos descolados da sociedade. Diante dessa postura quase sacral em relação à literatura, os historiadores deveriam exercer uma postura de profanação: trazê-la para o mundo, para o universos dos seres mortais, para o rés do chão das coisas temporais e finitas.

### **Referencias bibliográficas**

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009b.

BARRO, José D'Assunção. História e literatura: novas relações para novos tempos. In: **Contemporâneos**: revista de artes e humanidades, N° 6, Mai-Out 2010.

BOURDIEU, P. Razões práticas - Sobre a teoria da ação, Ed. Papyrus, SP, 1996.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego**: Modernismo e Regionalismo. São Paulo: Edart, 1961.

CHARTIER, Roger. **História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte**: a construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da Primeira República. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha - nova história. In: **Nuevos mundos**, debates, 2006. Disponível em URL: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>. Acessado em 30 de Janeiro, de 2009.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **O romance de José Lins do Rego**. . Editora universitária UFPB: João Pessoa, 1971.

WHITE, Hayden. A poética da história. In: **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

---

<sup>1</sup> Durval Muniz apoia-se em vários conceitos e trabalhos de Michel Foucault e ainda em certos comentadores da obra deste filósofo. Porém, a influência do pensamento de Foucault que mais se destaca no historiador em questão é a noção de genealogia: “A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos [...]; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”. Cf. FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 95.

<sup>2</sup> Menino de engenho (1932), Doidinho (1933), Banguê (1934), O moleque Ricardo (1935), Usina (1936), Pureza (1937), Pedra Bonita (1938), Riacho Doce (1939), Água mãe (1941), Fogo Morto (1943), Eurídice (1947), Cangaceiros (1953) e Meus verdes anos (1956).